

# Constituinte aprova garantia de emprego com indenização

BRASÍLIA — A estabilidade no emprego, aprovada ontem por 373 votos contra 151, dispõe que a lei complementar definirá a indenização compensatória, entre outros direitos, no caso de despedida arbitrária ou sem justa causa. O texto teve, entre seus signatários, o Líder do PMDB, Mário Covas, e Coordenadores do Centrão.

Na terceira votação da tarde — a primeira foi a da emenda substitutiva do Centrão ao Capítulo II, dos Direitos Sociais, e a segunda a do caput do Artigo 7º —, a maioria da Constituinte saudou com palmas a aprovação do dispositivo. Líderes do PMDB destacaram a coerência do partido, que, desde a Comissão de Sistematização, vinha defendendo a regulamentação da matéria por lei complementar.

O acordo teve também o apoio do Relator Bernardo Cabral, para quem o novo texto concede mais vantagens ao trabalhador que o original expresso no chamado "Cabral I", que remetia a questão à lei ordinária.

Embora fruto de um acordo, a nova redação levou mais de duas horas para ser aprovada pelo plenário, numa sessão tensa em que os representantes dos partidos de esquerda criticaram Mário Covas e apresentaram questões de ordem, que prolongaram as discussões. Ficaram de fora do acordo o PDT, o PT, o PCB, o PC do B, parte do Movimento de Unidade Progressista (MUP), do PMDB, e o PTB, apesar de fazer parte do Centrão.

Conscientes de que votavam "o cérebro e o coração da nova Constitui-



Bernardo Cabral (à esquerda), Ronaldo César e Ulysses durante a votação

ção", conforme palavras do Líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, os parlamentares mais influentes da Constituinte falaram sobre a estabilidade. Os defensores da emenda — resultante da fusão de outras 23 — insistiram em que ela é vantajosa, já que garante, entre outros direitos dos trabalhadores, o pagamento de indenização compensatória.

Lula referiu-se ao acordo como "uma empulhação para a classe trabalhadora", pois sua aprovação impediria que mais tarde o trabalhador pleiteasse a estabilidade.

O Deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) acusou Covas de "não acompanhar sua própria história e a do PMDB". A esquerda reclamou ter sido excluída do acordo. Foram apresentadas emendas propondo que a

questão fosse regulada por lei complementar, que deveria dispor também sobre a nulidade do ato de demissão. Os pequenos partidos, interpondo questões de ordem, tentaram impedir a votação da emenda afinal aprovada.

O Deputado José Genoino (PT-SP) pleiteou a precedência regimental de um requerimento de destaque para votação em separado, exigindo sua votação em primeiro lugar. O Líder do PDT, Brandão Monteiro, tentou impugnar a emenda afirmando que não se tratava de uma simples fusão de outras propostas, mas alterava substancialmente o seu conteúdo.

O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, mostrou-se inabalável ante todas as tentativas de

## TEXTO APROVADO

### Regulamentação em lei complementar

BRASÍLIA — A Assembléia Nacional Constituinte aprovou, ontem, o caput e o inciso I do Artigo 7º da nova Carta, com a seguinte redação:

Art. 7º — São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I — Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que preverá indenização compensatória dentre outros direitos.

adiamento da votação. Impassível, ouviu reações iradas à sua decisão.

— Depois de sua decisão casuística, eu me penitencio por ter acusado da fraude na votação da Constituinte. O "pianista" está absolvido após a decisão de vossa excelência — reagiu Brandão Monteiro, que dias antes descobrira a fraude na votação eletrônica.

Como parte do acordo, as mesmas forças políticas que o viabilizaram deverão aprovar, no Título IX, Disposições Transitórias, dispositivo que determina que até a elaboração da lei complementar a indenização será de 40 por cento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também assegurada a estabilidade para gestantes e sindicalistas.

### Esquerda critica e Covas se defende

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), defendeu-se ontem das críticas que integrantes do Movimento de Unidade Progressista (MUP) fizeram ao acordo que celebrou com o Centrão sobre a garantia de emprego:

— Não estamos fazendo uma CLT ou escrevendo um dicionário a respeito de proposições trabalhistas.

Ao longo da sessão, integrantes do MUP fizeram duras críticas a Covas, no que foram acompanhados por representantes de partidos da esquerda. O Deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), por exemplo, fez questão de assinalar que o Senador, com o acordo, abandonava a "linha histórica do PMDB".

Vendo-se na estranha situação de ser criticado por companheiros e elogiado por antigos adversários, como o Líder do PFL, José Lourenço (BA), Covas subiu à tribuna e falou dez minutos seguidos.

Explicou que a proposta em votação reunia a sua própria posição e a do Centrão, estabelecendo a indenização no mesmo nível de outros possíveis direitos.

— O PMDB anuncia sua disposição de votar na emenda em claro, alto e bom som, sem entender que nada está tirando do trabalhador. Se, ao final da Constituição, esta for a dos meus sonhos, ou a de Vossas Excelências, então haverá alguma coisa de errado. Ela terá de ser a soma de uma sociedade plural — acrescentou Covas, destacando a importância de superar o impasse na Constituinte causado pela discussão das teses da estabilidade e da indenização progressiva.

# Carta assegura direitos iguais na cidade e no campo

BRASÍLIA — Um acordo feito em plenário permitiu a recuperação do texto da Comissão de Sistematização para o caput do Artigo 7º, que especifica a igualdade de direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. O texto do Centrão se referia à "trabalhadores", generalizando os beneficiários dos direitos garantidos pelo artigo.

Com a alteração, feita através de emenda do Deputado Augusto de Carvalho (PCB-DF) e aprovada por 503 votos contra 10 e cinco abstenções, ficou prejudicado — e não será mais votado — o parágrafo 4º do Artigo 8º da emenda coletiva do Centrão, que também incluía os trabalhadores rurais nos benefícios previstos no Capítulo II.

O fechamento do acordo foi precedido da disposição do Líder do

PMDB na Constituinte, Mário Covas, de pedir a votação separada do caput do Centrão, na intenção de rejeitá-lo e manter o texto da Comissão de Sistematização. Ele retirou esse destaque, pouco depois de defendê-lo da tribuna, por entender que a proposta de Augusto Carvalho, fruto de acordo promovido pelo Líder do PCB, Roberto Freire, atendia a seus objetivos.

Votaram contra a emenda os Deputados João Cunha (PMDB-SP), Gustavo de Faria (PMDB-RJ), Jorge Vianna (PMDB-BA), Waldeck Ornelas (PFL-BA) e Messias Góis (PFL-SE) e os Senadores Roberto Campos (PDS-MT), Alexandre Costa (PFL-MA), Álvaro Pacheco (PFL-PI), João Menezes (PFL-PA) e Lavoisier Maia (PDS-RN).

# Trovão nega ter votado no lugar de Sarney Filho

SÃO LUÍS — O Deputado Victor Trovão (PFL-MA), suspeito de, no último dia 9, ter fraudado duas votações na Constituinte sobre o conceito de propriedade, negou que assim tenha agido e disse que, de quem é amigo há muitos anos, jamais lhe pediu que votasse em seu nome.

— Se tivesse pedido eu não atenderia. A verdade é que não houve nada disso. O que estão fazendo é foca envolvendo o nome de Sarney Filho. São seus opositores que querem mostrar que ele não comparece aos trabalhos da Constituinte, tentando com isso atingir o Presidente Sarney.

O Deputado afirmou desejar que o fato seja apurado, acrescentando:

— Dizem que a Mesa tem elementos que podem provar quem realmente apertou o botão eletrônico da cadeira do Deputado Sarney Filho. Victor Trovão contou que no dia da fraude o Deputado Haroldo Sabóia (PMDB-MA), ao perceber no painel o nome de Sarney Filho, indagou-lhe:

— Sarney Filho está aqui? Ele respondeu:

— Não sei. Deve andar por aí. Neste momento, Sabóia foi ao encontro do Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro (RJ), avisando-o

de que havia fraude na votação, pois Sarney Filho não estava presente e seu nome aparecera no painel eletrônico.

— Mas esse fato não arranhou a imagem nem a dignidade do Deputado Sarney Filho — disse Victor Trovão, anunciando, a seguir, que votará pelos cinco anos de mandato para o Presidente Sarney e pelo sistema presidencialista de governo, devendo aguardar a decisão do Centrão, grupo que integra, sobre outros dispositivos da futura Constituição.

Em Brasília, o Deputado José Teixeira (PFL-MA), que estava à esquerda do Constituinte que fraudou a votação, disse que não se lembra de quem se encontrava ao seu lado:

— Mas posso garantir que não era do Maranhão, porque ninguém do meu Estado faria isso. Também não acredito que tenha havido má fé. Quem votou por Sarney Filho deve ter se enganado de número.

Ele afirmou também que pode ter havido uma série de coincidências:

— Quem garante, por exemplo, que foi a mesma pessoa? Muitas vezes o Constituinte está de pé e quando há a chamada para a votação corre e senta em qualquer lugar. Podem ter sido, portanto, duas pessoas, que se equivocaram na hora de votar.

### Defeito no painel suspende votação

BRASÍLIA — Um defeito no painel eletrônico levou o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a suspender a sessão noturna de ontem, quando estava sendo votado o acordo sobre a definição do salário mínimo. Ele anunciou a instalação de um novo equipamento alemão, chamado no break, para evitar as seguidas interrupções dos trabalhos.

Segundo o Secretário Geral da Mesa, Paulo Afonso de Oliveira, a falha de ontem pode ter sido causada por interferências decorrentes da instalação do novo aparelho, que impedirá que quedas de voltagem ou mesmo falta de energia interrompam a votação eletrônica antes que o ge-

radador entre em funcionamento.

O acordo cuja votação foi suspensa é resultado da fusão de emendas dos Constituintes Marcelo Cordé rio (PMDB-BA), Nelson Sabrá (PFL-RJ), Vasco Alves (PMDB-ES), Walmor de Luca (PMDB-SC), Henrique Alves (PMDB-RN) e Nelton Friederich (PMDB-PR). O texto diz que o salário mínimo, nacionalmente unificado, deve atender às necessidades vitais e básicas do trabalhador e de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Os reajustes serão periódicos, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim.

### Ulysses interfere para quebrar resistências

A influência do Presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, junto ao Líder do partido, Senador Mário Covas, foi decisiva para o êxito do acordo sobre estabilidade no emprego. Na fase final das negociações, Ulysses conseguiu quebrar as resistências de Covas sob o argumento de que a permanência do impasse nas votações poderia colocar em risco o processo de transição democrática.

Definir uma fórmula capaz de garantir o emprego contra a demissão imotivada tornara-se um dos grandes problemas da Constituinte desde a época das comissões temáticas. De um lado, os trabalhadores reivindicando um dispositivo constitucional que os protegesse da dispensa arbitrária; de outro, os empresários, que não admitiam abrir mão da faculdade de demitir o trabalhador indesejado ou excedente. A possibilidade de um acordo só despontou a partir da proposta de indenização progressiva, sugerida em emenda popular pelo empresário gaúcho, à época da Comissão de Sistematização. Derrotada naquela fase, a idéia foi encampada pelo Centrão.

As centrais sindicais, desde logo, colocaram-se contra a proposta. Enquanto CGT e USI sustentavam que a matéria deveria ser motivo de legislação ordinária, a CUT admitia, no máximo, apoiar o texto da Sistematização, que assegurava a garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada.

A indenização compensatória contou desde logo com o apoio de dois dirigentes do chamado sindi-



Joaquinão (ao centro) é recebido por Cabral, Jobim, Britto e Covas

calismo de resultados: o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros, e o do Sindicato dos Eletricistas, também de São Paulo, Antônio Rogério Magri. Eles fecharam com a proposta do Centrão. O empresariado, por sua vez, trabalhou o projeto na Constituinte através, basicamente, dos Deputados Luis Roberto Pontes (PMDB-RS), Afif Domingos (PL-SP), Alysson Paulinelli (PFL-MG), Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, e do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Senador Albano Franco (PMDB-SE). Albano chegou a defender a regulamentação da matéria pela legislação ordinária, mas

terminou por acatar a tese da indenização compensatória.

Mesmo com o acordo já fechado, os entendimentos prosseguiram durante toda a manhã. Os Líderes dos partidos de esquerda e do Movimento Unidade Progressista (MUP), do PMDB, ainda tentaram um acordo com Covas que, no entanto, já havia concluído os entendimentos com o Centrão. O Líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, disse que não concordava com o acordo, por considerá-lo ruim para os trabalhadores.

Covas recebeu o Presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão, que reivindicou maiores garantias para o trabalhador nas Disposições Transitórias.

### Para empresários, solução lúcida

SÃO PAULO — O Superintendente do Grupo Votorantim, maior conglomerado privado nacional, Antônio Ermírio de Moraes, disse que o texto aprovado ontem pela Constituinte sobre a estabilidade no emprego é melhor que o original da Comissão de Sistematização, pois permite ao empresário continuar investindo, já que não temos mais o fantasma da estabilidade de.

— O que se faz com esse novo substitutivo é a preservação dos empregos da futura geração — acrescentou Ermírio.

No Rio, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado, Arthur João Donato, afirmou que a decisão da Constituinte é uma vitória do consenso e da racionalidade:

— Entendíamos que era preciso colocar no texto algo condizente com o estágio de desenvolvimento econômico do País, que não impedisse novos investimentos e a criação de novos empregos a fim de que o Brasil pudesse atender às suas necessidades de crescimento.

Na opinião de Donato, "foi uma vi-



Ermírio: empregos preservados

tória não apenas do empresariado, mas também da classe trabalhadora, que deixou de lado o radicalismo inicial".

— A indenização compensatória, em casos extremos, atenderá muito mais aos interesses dos próprios trabalhadores do que uma reintegração, onde a convivência entre empregados e empregadores tenha se tornado inviável — concluiu.

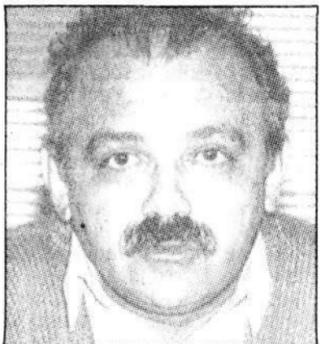
### Medeiros apóia a nova redação

SÃO PAULO — O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio de Medeiros, acha que se chegou a uma proposta "inteligente e razoável", embora considere pequeno o valor da multa (40%) que ainda se está discutindo.

— Gostaria que ela fosse de 50 por cento sobre o total do FGTS — destacou.

Irritado com a aprovação da emenda, o Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Menegheli, observou que haverá uma "natural desobediência ao que ficar consagrado na Constituição, através das lutas das categorias de trabalhadores". E acrescentou:

— Estão fazendo um capítulo de letras mortas. É algo para não ser cumprido. Não garante a estabilidade nem a indenização porque remete tudo para a lei complementar". Menegheli criticou também o Líder do PMDB, Mário Covas, classificando-o de "representante da classe dominante". Já o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Antônio Alves de Almeida, representando a União Sindical Independente (USI), reafirmou que a sua



Medeiros: 'A proposta é inteligente'

central queria ver consagrado na nova Constituição o princípio da estabilidade.

— Legislar de forma diferente é fazer uma Constituição, pelo menos nessa parte dos direitos sociais, contra o desejo da maioria esmagadora da população brasileira e atender à vontade de apenas uma pequena minoria — argumentou Almeida, lembrando que os trabalhadores são 80 por cento da população.

# Centrão adota nova estratégia de luta

BRASÍLIA — As dificuldades para conduzir a votação de suas teses no plenário levaram o Centrão a montar, pela quinta vez em dois meses, uma nova estratégia de organização. Desta vez, ampliando a participação dos parlamentares nas decisões do grupo e restringindo a atuação das lideranças formais às bancadas dos respectivos partidos.

Para isso, foram indicados 30 coordenadores, que se responsabilizarão por grupos de nove a dez Constituintes, com os quais manterão contatos permanentes para discussão das emendas e orientação dos votos.

A decisão foi tomada na noite da última segunda-feira, numa longa reunião dos principais Líderes do Centrão em um luxuoso hotel de Brasília. Uma análise das últimas votações detectou duas falhas fundamentais na estratégia de organização do grupo, segundo o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). A primeira é a dificuldade de dissiminação

de informações e discussão com todos os integrantes, que levou a vários equívocos de votos. A outra é o próprio clima emocional que envolve as votações plenárias, muitas vezes acirrado pela interferência dos Líderes de bancada — especialmente os do PFL, José Lourenço (BA), PDS, Amaral Neto (RJ), e PTB, Gastone Righi (SP).

— Um parlamentar de um partido reage naturalmente ao aceitar a orientação de seu Líder. Por isso, nós decidimos restringir a atuação destes Líderes às suas respectivas bancadas, evitando caracterizá-los como lideranças do grupo — disse Luís Eduardo.

Os novos coordenadores indicarão os parlamentares com quem têm afinidade e gostariam de trabalhar. Eles se reunirão sempre às segundas-feiras para produzir um documento detalhado com todas as emendas previstas para votação durante a semana.